



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

DIÁRIO ELETRÔNICO MPDFT

Edição n.º 304, 12 de fevereiro de 2014.

EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Procurador-Geral de Justiça

ZENAIDE SOUTO MARTINS

Vice-Procurador-Geral de Justiça

BENIS SILVA QUEIROZ BASTOS

Corregedora-Geral de Justiça

THAÍS FREIRE DA COSTA FLORES

Chefe de Gabinete do MPDFT

LIBANIO ALVES RODRIGUES

Diretor-Geral do MPDFT



Ministério Público
do Distrito Federal
e Territórios

Endereço: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Sede do MPDFT, Brasília-DF - CEP 70.091-900.

Horário de funcionamento para atendimento ao público externo: em dias úteis, das 12h às 18h

Telefones: (61) 3343-9500 - Plantão (sábados, domingos e feriados): (61) 3214-4444 | 3103-6217 | 3103-6219



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 0121 , DE 28 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio 1993, tendo em vista o que consta do processo nº 08190.057964/11-96;

CONSIDERANDO que a Promotora de Justiça Márcia Pereira da Rocha responderá pela 1ª PROEDUC durante o período de gozo da referida licença-prêmio;

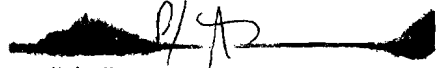
RESOLVE:

Conceder à Promotora de Justiça Adjunta deste Ministério Público AMANDA TUMA, 7 (sete) dias de licença-prêmio por tempo de serviço, referentes ao 1º quinquênio de efetivo exercício, relativo ao período de 4/11/2005 a 2/11/2010, a serem usufruídos no período de 27/1/2014 a 2/2/2014, com fundamento no art. 222, III, § 3º “c” da Lei Complementar 75, de 1993 e art. 2º da Portaria PGR nº 705/2012.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 29/01/14
Esta cópia confere com o original


Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Tel. Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 122 , DE 28 DE fevereiro DE 2014.

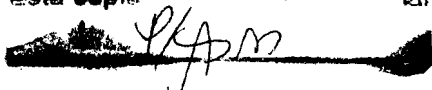
A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

RESOLVE:

Nomear a servidora **TATIANE MARQUES DA SILVA**, matrícula 3592-1, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito da carreira do Ministério Público da União, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria do Gabinete dos Procuradores de Justiça, código CC-02, exonerando, a contar de 18/1/2014, o servidor **GIAN CARLO MAIA DA SILVA**, matrícula 3150-0.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicado em 29/01/14
Esta cópia é uma cópia autêntica

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 123, DE 29 DE JANEIRO DE 2014.

Designa os Membros lotados na 6ª e na 7ª Promotoria de Justiça de Família de Brasília I para realizarem visitas e inspeções nas unidades policiais destinadas à detenção ou custódia de presos cíveis, no mês de fevereiro de 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993 e,

CONSIDERANDO o disposto na **Resolução n.º 121, de 15 de agosto de 2011**, do E. Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, que disciplinou, no âmbito deste Ministério Público, o controle externo da atividade policial, investigação criminal, fiscalização da execução penal e do cumprimento de medidas socioeducativas;

CONSIDERANDO que às Promotorias de Justiça de Família do MPDFT coube realizar, mensalmente, as inspeções e visitas às unidades policiais destinadas à detenção ou custódia de presos cíveis;

CONSIDERANDO os termos da Portaria Normativa n.º 284, de 20 de novembro de 2013, que disciplina os critérios para elaboração da escala mensal para inspeções às unidades policiais destinadas à detenção ou custódia de presos cíveis;

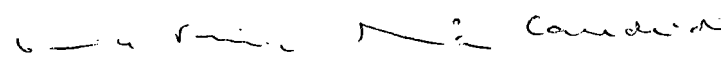
CONSIDERANDO que o Promotor de Justiça titular da 3ª Promotoria de Justiça de Família de Brasília I se encontra afastado das suas funções ministeriais perante a essa Promotoria de Justiça, em virtude da sua designação na Assessoria Especial da Procuradoria-Geral de Justiça;

CONSIDERANDO que compete ao Procurador-Geral de Justiça promover as medidas necessárias para assegurar a continuidade dos serviços no âmbito do MPDFT, em face do que dispõe o art. 159, inciso XIII, letra “c”, da Lei Complementar n.º 75, de 20/05/93,

R E S O L V E:

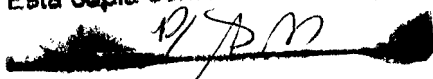
Designar os Promotores de Justiça **JOSÉ BRITTO DA CUNHA JÚNIOR** e **KÁTIA CHRISTINA LEMOS**, lotados, respectivamente, na 6ª e na 7ª Promotoria de Justiça de Família de Brasília I, para realizarem visitas e inspeções nas unidades policiais destinadas à detenção ou custódia de presos cíveis, no mês de fevereiro de 2014, sem prejuízo de suas atuais designações.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

G:\Portt\PORTARIAS 2014\Escala de Inspeção das PJs de Família - Fevereiro de 2014.doc

Publicada em 31/01/14
Esta cópia confere com o original


Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT

INSPEÇÃO ÀS UNIDADES POLICIAIS DESTINADAS À DETENÇÃO OU CUSTÓDIA DE PRESOS CÍVEIS.

**(Resolução N.º 121, de 15 de agosto de 2011, do
E.CSMPDFT).**

As inspeções às unidades policiais destinadas à detenção ou custódia de presos cíveis foram disciplinadas pela Resolução n.º 121, de 15 de agosto de 2011, do E. CSMPDFT, e serão realizadas pelas Promotorias de Justiça de Família mediante escala mensal a ser elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça.

“Capítulo II - Das Visitas e Inspeções às Unidades Policiais

As visitas ordinárias serão mensais e serão realizadas na Divisão de Controle e Custódia de Presos (DCCP), no Departamento de Polícia Especializada (DPE).

O Órgão do Ministério Público fará relatório circunstanciado de cada visita e juntará cópia ao procedimento administrativo especialmente instaurado e destinado à documentação das diligências e atos relacionados à fiscalização da unidade controlada.

A cópia desse relatório deverá ser encaminhada à unidade policial visitada e, tratando-se de estabelecimento da polícia civil, ao Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial.

Sempre que possível, o Órgão do Ministério Público comparecerá acompanhado de outro integrante da carreira ou servidor, cuja identificação e assinatura constará do referido relatório.

Quando das visitas e inspeções, o Órgão do Ministério Público deverá identificar-se para o responsável pelo recinto e solicitar acompanhamento durante o período em que ali permanecer, podendo:

I - verificar as condições gerais de funcionamento, principalmente quanto à segurança, higiene e salubridade;

II - verificar o cumprimento das normas específicas quanto às pessoas presas ou internadas, ainda que cautelarmente;

III - solicitar à autoridade policial a listagem atualizada das pessoas presas ou internadas no estabelecimento, com a indicação das razões de fato e direito;

IV - verificar se as pessoas que se encontram presas ou internadas são aquelas que constam da listagem oficial;

V - entrevistar os presos;

VI - anotar eventuais reclamações;

VII - esclarecer dúvidas em relação aos direitos dos presos ou internados;

VIII - entrevistar-se, reservadamente, com o preso ou internado que efetuar reclamação que indique a ocorrência de irregularidade ou crime praticado no interior do estabelecimento, adotando, se for o caso, as seguintes cautelas:

a) requisitar à autoridade responsável que retire o reclamante da cela ou quarto e o coloque em local que assegure privacidade ou o encaminhe às dependências do Ministério Público, observadas as medidas de segurança necessárias;

b) reduzir a termo as declarações do reclamante;

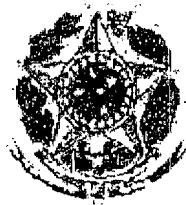
c) requisitar a imediata condução do reclamante ou pessoa por ele indicada para realização de exame de corpo de delito ou outras providências probatórias que se mostrem necessárias;

IX - solicitar, se necessário, a presença no local do Corregedor-Geral da Polícia Civil, da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros Militar, Comandante Geral da Polícia Militar e Bombeiros Militar e do Diretor-Geral da Polícia Civil ou de autoridade hierarquicamente superior àquela responsável pelo estabelecimento fiscalizado;

X - representar à autoridade administrativa competente para adoção de medidas e diligências necessárias à correção de irregularidade de natureza administrativa eventualmente detectada;

XI - adotar outras providências necessárias ao saneamento de eventual irregularidade ou violação de direito.”

Publicada em 31/03/14
Esta cópia confere com o original
P/Am
Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDET



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 124, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

Autoriza o afastamento do Promotor de Justiça **ROBERTO CARLOS BATISTA** para participar da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Centros de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente, a ser realizada no dia de 13 de fevereiro de 2014, em Salvador/ BA.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, artigo 159, inciso XX e,

CONSIDERANDO os documentos acostados ao Processo Administrativo nº 08190.055066/14-82,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento do Promotor de Justiça **ROBERTO CARLOS BATISTA** para participar da Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Centros de Apoio Operacional de Urbanismo e Meio Ambiente, no Ministério Público do Estado da Bahia, durante o II Congresso Nordestino de Direito Ambiental, a ser promovido pela Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente- ABRAMPA, a ser realizada no dia 13 de fevereiro de 2014, em Salvador - BA.

Art. 2º O afastamento dar-se-á com ônus de diárias e passagens aéreas para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º O Promotor de Justiça deverá apresentar ao Setor de Controle de Diárias e Passagens no prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de retorno do evento o(s) bilhetes utilizado(s) no transporte aéreo custeado pelo MPDFT, conforme estabelece o art. 30º da Resolução CSMPDFT nº. 120 de 15 de agosto de 2011.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

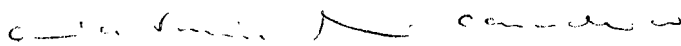
PORTARIA Nº 0125 , DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

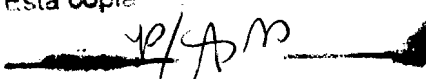
**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar
nº 75, de 20 de maio de 1993,

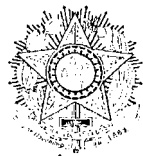
RESOLVE:

Nomear o servidor **SAULO SOUZA FONSECA**, matrícula 4171-8,
Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério
Público da União, para exercer o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Análise e
Controle dos Feitos da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Guarã, código CC-02.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 31 10 2014
Esta cópia representa a original

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0126 , DE 30 DE JANEIRO DE 2014

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS EM EXERCÍCIO, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993,

CONSIDERANDO o teor dos fatos relatados no Processo Administrativo nº 08190.200723/13-26;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 143 e seguintes da Lei Nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

CONSIDERANDO que é dever do servidor cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

RESOLVE:

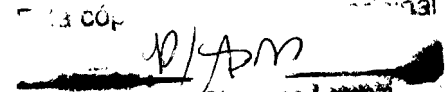
Art. 1º Designar o servidor **MARCELO NETTO DE MOURA LOPES**, ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO, matrícula nº 3301, para integrar, na qualidade de presidente, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instituída pela Portaria PGJ Nº 1584, de 27 de novembro de 2013, em substituição à servidora **LIDIA PRISCILLA RODRIGUES DA SILVA**, ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO, matrícula nº 3082.

Art. 2º Prorrogar por 60 (sessenta) dias, a contar de 13 de fevereiro de 2014, o prazo de conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, para apurar os fatos relatados no processo administrativo em referência.

Art. 3º A substituição dos integrantes da comissão somente ocorrerá em situações excepcionais, desde que haja justificativa fundamentada da Chefia Máxima da Unidade de lotação do servidor e autorização expressa do Procurador-Geral de Justiça.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


ZENAIDE SOUTO MARTINS

Publicada em 31/01/14
1ª cópia

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

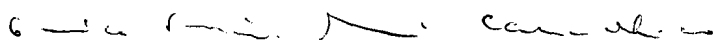
PORTARIA Nº 0127, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições previstas na Lei Complementar nº 75, de 20 de maio 1993, tendo em vista o que consta do processo nº 08190.140175/09-64;

RESOLVE:

Conceder à Promotora de Justiça ANA CAROLINA MARQUEZ, 39^a (trinta e nove) dias de licença-prêmio por tempo de serviço, referentes ao 1º quinquênio de efetivo exercício, relativo ao período de 2/6/2004 a 31/5/2009, a serem usufruídos no período de 5/3/2014 a 12/4/2014, com fundamento no artigo 222, inciso III, parágrafo 3º, "c", da Lei Complementar nº 75/93 e art. 2º da Portaria PGR nº 705, de 12 de novembro de 2012.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 31/01/14
Esta cópia confere com o original

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PORTARIA Nº 128 , DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio 1993, e tendo em vista o que consta do processo nº 08190.0057964/11-96;

RESOLVE:

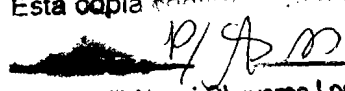
Retificar a Portaria PGJ nº 121, de 28 de janeiro de 2014, que concedeu licença prêmio à Promotora de Justiça Adjunta deste Ministério Público AMANDA TUMA para:

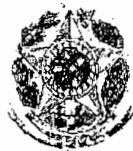
Onde se lê: “(...) no período de 27/1/2014 a 2/2/2014 (...)”

Leia-se: “(...) no período de 29/1/2014 a 4/2/2014 (...)”

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 31/01/14
Esta cópia confere com o original

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA



PORTARIA Nº 129, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

Autoriza o afastamento da Procuradora-Geral de Justiça **EUNICE PEREIRA DE AMORIM CARVALHIDO** para participar da solenidade de posse da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Goiana do Ministério Público, no dia de 07 de fevereiro de 2014, na cidade de Goiânia/GO.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, artigo 159, inciso XX,

CONSIDERANDO os documentos acostados ao Processo Administrativo nº 08190.055292/14-81;

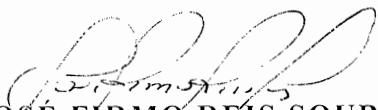
RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o afastamento da Procuradora-Geral de Justiça **EUNICE PEREIRA DE AMORIM CARVALHIDO** para participar da solenidade de posse da Diretoria e Conselho Fiscal da Associação Goiana do Ministério Público, no dia de 07 de fevereiro de 2014, na cidade de Goiânia/GO.

Art. 2º O afastamento dar-se-á com ônus de diárias e passagens aéreas para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 3º A Procuradora-Geral de Justiça deverá apresentar ao Setor de Controle de Diárias e Passagens, no prazo de 03 (três) dias corridos, contados a partir da data de retorno do afastamento, o(s) bilhetes de embarque utilizado(s) no transporte aéreo custeado pelo MPDFT, conforme estabelece o art. 30º da Resolução CSMPDFT n.º 120, de 15 de agosto de 2011.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


JOSÉ FIRMO REIS SOUB

Publicada em 10 / 02 / 2014
11 CO


Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0130, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender as férias do Membro abaixo:

Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período	Concedidas pela
DIMITRI FERNANDES Matr.10109	1º/2013	Janeiro/ 2014	29/01 a 31/01/2014 (3 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013

Art. 2º De acordo com o art. 6º da Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005, o período das férias suspensas ou a sobra das férias interrompidas não serão fracionados, devendo ser gozados de forma ininterrupta, antes da marcação de novos períodos.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 04 de Fevereiro de 2014

Faça cópia


Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0131, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Suspender as férias dos Membros abaixo:

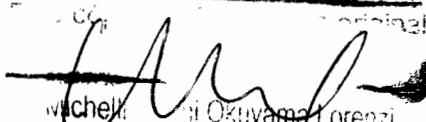
Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período	Concedidas pela
ALEXANDRE SALES DE PAULA E SOUZA Matr. 553	1º/2014	Janeiro/ 2014	26/01 a 04/02/2014 (10 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013
RUBIN LEMOS Matr. 528	1º/2014	Janeiro/ 2014	28/01 a 16/02/2014 (20 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013

Art. 2º De acordo com o art. 6º da Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005, o período das férias suspensas ou a sobra das férias interrompidas não serão fracionados, devendo ser gozados de forma ininterrupta, antes da marcação de novos períodos.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 04/02/2014


Micheli Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0132, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

RESOLVE:

Conceder férias ao Membro abaixo, de acordo com as Portarias nº 591/PGR, de 27/10/2005, e a Portaria Normativa nº 272/PGJ, de 05/09/2013:

Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período	Suspensas pela
ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA ZANETTE Matr. 10064	1º/2013	Agosto/ 2013	06/03 a 25/03/2014 (20 dias)	PT 1076/PGJ, de 26/08/2013

Art. 2º De acordo com o art. 6º da Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005, o período das férias suspensas ou a sobra das férias interrompidas não serão fracionados, devendo ser gozados de forma ininterrupta, antes da marcação de novos períodos.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 01.02.2014
Data de

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Terc. de Administrativo
Mat. 2074-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0133 , DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

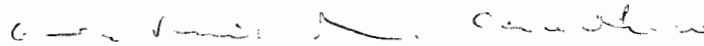
RESOLVE:

Conceder férias aos Membros abaixo, de acordo com as Portarias nº 591/PGR, de 27/10/2005, e a Portaria Normativa nº 272/PGJ, de 05/09/2013:

Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período	Interrompidas pela
CARLA BEATRIZ DA CRUZ MORAES OLIVEIRA LOPES Matr. 10050	2º/2013	Julho/ 2013	17 a 27/02/2014 (11 dias)	PT 1122/PGJ, de 02/09/2013
PEDRO OTO DE QUADROS Matr. 537	1º/2014	Janeiro/ 2014	10 a 28/02/2014 (19 dias)	PT 033/PGJ, de 09/01/2014

Art. 2º De acordo com o art. 6º da Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005, o período das férias suspensas ou a sobra das férias interrompidas não serão fracionados, devendo ser gozados de forma ininterrupta, antes da marcação de novos períodos.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 01/02/2014

Por


Michel Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0134, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper as férias dos Membros abaixo:

Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período	Concedidas pela
BERNARDO DE URBANO RESENDE Matr. 601	2º/2014	Janeiro/ 2014	28/01 a 15/02/2014 (19 dias)	PT 035/PGJ, de 13/01/2014
CARLOS AUGUSTO SILVA NINA Matr. 637	2º/2014	Janeiro/ 2014	28/01 a 15/02/2014 (19 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013
VETUVAL MARTINS VASCONCELOS Matr. 438	1º/2014	Janeiro/ 2014	27/01 a 29/01/2014 (3 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013
JOAO ANTONIO SA LIMA Matr. 10060	1º/2014	Janeiro/ 2014	28/01 a 15/02/2014 (19 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013
DELSON LUIZ BASTOS FERRO Matr. 621	1º/2014	Janeiro/ 2014	28/01 a 15/02/2014 (19 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013
IZAAC PEREIRA DUTRA FILHO Matr. 570	2º/2014	Janeiro/ 2014	28/01 a 15/02/2014 (19 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013
JOSE EDUARDO BARBOSA Matr. 481	2º/2014	Janeiro/ 2014	28/01 a 15/02/2014 (19 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013

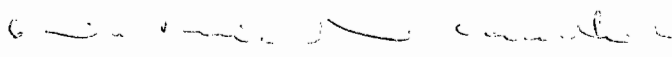


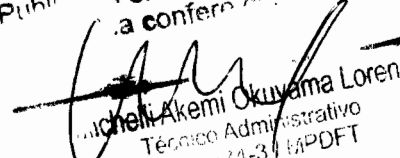
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período	Concedidas pela
MARCIA MILHOMENS SIROTHEAU CORREA Matr. 447	1º/2014	Janeiro/2014	29/01 a 01/02/2014 (4 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013
KÁTIA CHRISTINA LEMOS Matr. 462	1º/2014	Janeiro/2014	28/01 a 08/02/2014 (12 dias)	PT 1596/PGJ, de 29/11/2013

Art. 2º De acordo com o art. 6º da Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005, o período das férias suspensas ou a sobra das férias interrompidas não serão fracionados, devendo ser gozados de forma ininterrupta, antes da marcação de novos períodos.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicado em 04/02/2014
a conferência

Micheli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-37 MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 135, DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

Torna sem efeito a autorização da participação da Promotora de Justiça **MÁRCIA PEREIRA DA ROCHA** na Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, a realizar-se no período de 17 a 21 de fevereiro de 2014, na cidade de Brasília/DF.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, artigo 159, inciso XX e,

CONSIDERANDO o disposto no Memorando n.º 007/2014-Proeduc, de 29 de janeiro de 2014, encaminhado à Procuradoria-Geral de Justiça, informando que o evento foi transferido para o período de 19 a 23 de novembro de 2014,

RESOLVE:

Tornar sem efeito a autorização da participação da Promotora de Justiça **MÁRCIA PEREIRA DA ROCHA** na Conferência Nacional de Educação – CONAE 2014, coordenado pelo Fórum Nacional de Educação – FNE e pelo Ministério da Educação, a realizar-se no período de 17 a 21 de fevereiro de 2014, na cidade de Brasília/DF, constante na Portaria n.º 109, de 24 de janeiro de 2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 31/01/14
na COF.

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnica Administrativa
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 136 , DE 30 DE JANEIRO DE 2014.

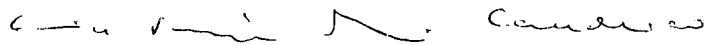
Designa a Promotora de Justiça Adjunta **MARIANA SILVA NUNES** para auxiliar, no dia 31 de janeiro de 2014, nas audiências da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Promotoria de Justiça Infração da Infância e da Juventude.

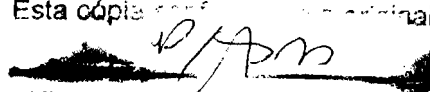
A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar n.º 75/93,

RESOLVE:

Designar a Promotora de Justiça Adjunta **MARIANA SILVA NUNES** para auxiliar, no dia 31 de janeiro de 2014, nas audiências da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª Promotoria de Justiça Infração da Infância e da Juventude.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 31/01/14
Esta cópia é uma reprodução

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
T. Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**

PORTARIA Nº 0138, DE 31 DE JANEIRO DE 2014.

**A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO
FEDERAL E TERRITÓRIOS**, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar
nº 75, de 20/05/1993,

CONSIDERANDO a Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005, que dispõe
sobre as férias anuais dos Membros do Ministério Público da União;

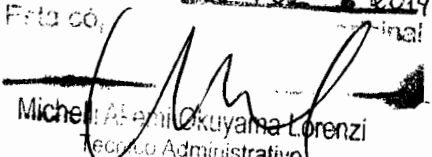
CONSIDERANDO, ainda, a Portaria nº 272/PGJ, de 05/09/2013, que
dispõe sobre as férias individuais dos Membros do MPDFT;

RESOLVE:

Conceder férias aos Membros da Carreira do Ministério Público do Distrito
Federal e Territórios, para serem usufruídas nos períodos indicados no anexo desta
Portaria, aplicando-se o inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 05/02/2014
Fato cõ. original

Michel Almeida Okuyama Lorenzi
Rec. Adm. Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Anexo da Portaria/PGJ nº 0138, de 31 de janeiro de 2014

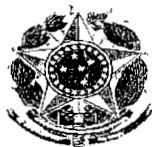
PROCURADORES DE JUSTIÇA							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
280	SUZANA VIDAL DE TOLEDO BARROS	2013	2º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 25/03/2014 (20 dias)

PROMOTORES DE JUSTIÇA							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
608	ALAN ESTEVAO	2013	1º	NÃO	SIM	SIM	05/03 a 14/03/2014 (10 dias) 07/04 a 16/04/2014 (10 dias)
612	ALESSANDRA CAMPOS MORATO	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	17/03 a 05/04/2014 (20 dias)
587	ANDRE LUIZ CASAL DURAN	2013	2º	NÃO	SIM	SIM	18/03 a 27/03/2014 (10 dias) 30/06 a 09/07/2014 (10 dias)
647	ANDRE LUIZ PEREIRA DO LAGO CESAR	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	18/03 a 06/04/2014 (20 dias)
613	ANDREA DE CARVALHO CHAVES	2014	1º	NÃO	NÃO	NÃO	31/03 a 15/04/2014 (16 dias) 23/06 a 06/07/2014 (14 dias)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
457	AUGUSTO CESAR BARBOSA DE CARVALHO	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	10/03 a 29/03/2014 (20 dias)
548	CANITO JOSÉ PINTO COELHO	2013	2º	NÃO	SIM	SIM	31/03 a 19/04/2014 (20 dias)
636	CLOVIS RIBEIRO CHAVES JUNIOR	2013	2º	NÃO	NÃO	NÃO	31/03 a 15/04/2014 (16 dias)
583	DANIEL RODRIGUES DE FARIA	2014	1º	SIM	NÃO	SIM	17/03 a 15/04/2014 (30 dias)
10024	DANIELLE MARTINS SILVA	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 25/03/2014 (20 dias)
648	DENISE ROCHA MENDES COSTA	2013	1º	NÃO	NÃO	NÃO	24/03 a 12/04/2014 (20 dias) 22/04 a 01/05/2014 (10 dias)
10002	DENISE SANKIEVICZ	2014	1º	SIM	NÃO	SIM	24/03 a 04/04/2014 (12 dias) 10/06 a 27/06/2014 (18 dias)
644	EDUARDO GAZZINELLI VELOSO	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 15/03/2014 (10 dias) 07/04 a 16/04/2014 (10 dias)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
10030	FERNANDO DE PAULA	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	27/03 a 15/04/2014 (20 dias)
646	GERALDO MARIANO MACHADO ALVES DE MACEDO	2014	1º	SIM	NÃO	SIM	17/03 a 28/03/2014 (12 dias) 13/05 a 30/05/2014 (18 dias)
458	GETULIO ALVES DE LIMA	2013	2º	SIM	SIM	SIM	06/03 a 15/03/2014 (10 dias) 22/04 a 01/05/2014 (10 dias)
10038	HENRY LIMA DE PAIVA	2013	2º	NÃO	NÃO	NÃO	06/03 a 15/03/2014 (10 dias)
10038	HENRY LIMA DE PAIVA	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	23/06 a 12/07/2014 (20 dias)
485	ISABEL CRISTINA AUGUSTO DE JESUS	2014	2º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 25/03/2014 (20 dias)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
10001	JAQUELINE FERREIRA GONTIJO	2013	2º	NÃO	NÃO	NÃO	06/03 a 15/03/2014 (10 dias) 05/05 a 14/05/2014 (10 dias) 18/06 a 27/06/2014 (10 dias)
484	JOSE PIMENTEL NETO	2011	2º	SIM	SIM	SIM	06/03 a 25/03/2014 (20 dias)
419	JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA	2014	1º	SIM	SIM	SIM	27/03 a 15/04/2014 (20 dias)
419	JULIANA POGGIALI GASPARONI E OLIVEIRA	2014	2º	NÃO	SIM	NÃO	22/04 a 11/05/2014 (20 dias)
598	KAREL OZON MONFORT COURI RAAD	2014	1º	NÃO	NÃO	NÃO	06/03 a 15/03/2014 (10 dias) 09/06 a 28/06/2014 (20 dias)
538	LEONARDO ASSIS DOS SANTOS	2014	2º	NÃO	SIM	NÃO	10/03 a 29/03/2014 (20 dias)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
639	LEONARDO JUBE DE MOURA	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	10/03 a 19/03/2014 (10 dias) 22/04 a 01/05/2014 (10 dias)
466	MARILDA DOS REIS FONTINELE	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	26/03 a 14/04/2014 (20 dias)
414	MAURICIO SILVA MIRANDA	2014	2º	NÃO	SIM	NÃO	25/02 a 16/03/2014 (20 dias)
456	NELSON FARACO DE FREITAS	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 15/03/2014 (10 dias) 23/06 a 02/07/2014 (10 dias)
671	PEDRO THOME DE ARRUDA NETO	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	27/03 a 15/04/2014 (20 dias)
10015	RICARDO MARINHO TASSI	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	10/03 a 29/03/2014 (20 dias)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
518	RITA DE CASSIA MENDES DE SOUZA	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	27/03 a 15/04/2014 (20 dias)
10039	RONNY ALVES DE JESUS	2014	1º	NÃO	NÃO	SIM	27/03 a 15/04/2014 (20 dias) 09/06 a 18/06/2014 (10 dias)
443	SANDRA DE OLIVERIA JULIÃO	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 06/03/2014 (20 dias)
659	TIAGO ALVES DE FIGUEIREDO	2014	1º	NÃO	NÃO	NÃO	10/03 a 29/03/2014 (20 dias) 26/05 a 04/06/2014 (10 dias)
602	VALERIA MARQUES DOS SANTOS ROCHA	2014	2º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 25/03/2014 (20 dias)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA ADJUNTOS							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
10064	ANDRESSA CAROLINE DE OLIVEIRA ZANETTE	2013	2º	SIM	SIM	SIM	26/03 a 04/04/2014 (10 dias)
10084	BERNARDO BARBOSA MATOS	2014	1º	NÃO	NÃO	SIM	06/03 a 23/03/2014 (18 dias) 22/04 a 03/05/2014 (12 dias)
10075	CÍNTIA COSTA DA SILVA	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	24/03 a 12/04/2014 (20 dias)
10101	GABRIELA GONZALEZ PINTO	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	25/03 a 13/04/2014 (20 dias)
10080	GUSTAVO RAMOS FERREIRA	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	10/03 a 19/03/2014 (10 dias) 28/05 a 06/06/2014 (10 dias)
10055	JAQUELINE MORAIS MARTINS	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	06/04 a 15/04/2014 (10 dias)
10087	MARIANA SILVA NUNES	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	27/03 A 15/04/2014 (20 dias)
10062	LIVIA CRUZ RABELO	2014	1º	NÃO	SIM	SIM	10/03 a 29/03/2014 (20 dias)
10088	LIVIA RODRIGUES TEIXEIRA	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	27/03 a 15/04/2014 (20 dias)



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PROMOTORES DE JUSTIÇA ADJUNTOS							
Matr.	Nome	Exerc.	Período	Adiant. 100%	Abono Pecun.	Antecip. 13º	Período de Gozo
10086	LUCAS SALOMÉ FARIAS DE AGUIAR	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 15/03/2014 (10 dias) 07/04 a 16/04/2014 (10 dias)
10107	POLYANNA SILVARES DE MORAES	2013	1º	NÃO	SIM	NÃO	06/03 a 15/03/2014 (10 dias) 19/03 a 28/03/2014 (10 dias)
10107	POLYANNA SILVARES DE MORAES	2013	2º	NÃO	SIM	NÃO	08/04 a 17/04/2014 (10 dias) 23/06 a 02/07/2014 (10 dias)
10099	ROGÉRIO ISHI	2014	1º	NÃO	SIM	NÃO	27/03 a 15/04/2014 (20 dias)

C



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0139, DE 31 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

RESOLVE:

Art. 1º Interromper as férias do Membro abaixo:

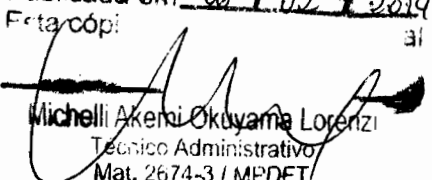
Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período Interrompido	Novo Período
WAGNER DE CASTRO ARAUJO Matr. 586	1º/2014	Janeiro/ 2014	29/01 a 01/02/2014 (04 dias) PT 1596/PGJ, de 29/11/2013	22 a 25/04/2014 (04 dias)

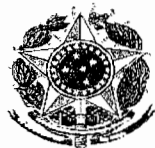
Art. 2º Conceder ao referido Membro deste Ministério Público os dias de férias, interrompidas por esta portaria, para usufruto no período indicado acima, de acordo com a Portaria nº 272/PGJ, de 05/09/2013.

Art. 3º De acordo com o art. 6º da Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005, o período das férias suspensas ou a sobra das férias interrompidas não serão fracionados, devendo ser gozados de forma ininterrupta, antes da marcação de novos períodos.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 06/02/2014
Fetacópi

Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 0140, DE 31 DE JANEIRO DE 2014.

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

RESOLVE:

Alterar as férias dos Membros abaixo, nos termos do art. 7º da Portaria nº 591/PGR, de 27/10/2005:

Membro	Exerc.	Ef. Financ.	Período Anterior	Novo Período
GLADSON RAEFF ROCHA VIANA Matr. 10061	1º/2014	Janeiro/ 2014	22/04 a 11/05/2014 (20 dias) (PT 017/PGJ, de 08/01/2014)	22/04 a 01/05/2014 (10 dias) 02/06 a 11/06/2014 (10 dias)
MARCELO DA SILVA BARENCO Matr. 633	1º/2014	Janeiro/ 2014	23/06 a 12/07/2014 (20 dias) (PT 018/PGJ, de 08/01/2014)	16/06 a 05/07/2014 (20 dias)

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.


EUNICE PEREIRA AMORIM CARVALHIDO

Publicada em 06/02/2014
[Assinatura]
Michelli Akemi Okuyama Lorenzi
Técnico Administrativo
Mat. 2674-3 / MPDFT



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 1/2014

Objeto: Credenciamento de leiloeiros, com vistas à prestação de serviços de alienação de bens móveis de propriedade do MPDFT. Abertura: 28/02/2014, às 14 horas. Local para aquisição de cópia integral do Edital: Eixo Monumental, Praça do Buriti, Lote 2, Edifício Sede do MPDFT, Sala 607, Brasília/DF, ou pela Internet (www.mpdft.mp.br).
Ana Luisa Cardoso Zardim – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

Licitação

Dispensa/Inexigibilidade

Ambiente: **PRODUÇÃO**

Pedido de Cotação

Disponibilizar Aviso de Licitação para Publicação-Divulgação

07/02/2014 17:46:34



Este Aviso de Licitação será Publicado no D.O.U. na data de 12/02/2014 e Divulgado no ComprasNet (www.comprasnet.gov.br) nesta mesma data.

Resumo do Aviso de Licitação

Órgão

34000 - MINISTERIO PUBLICO DA UNIAO

UASG Responsável

200009 - MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS

Modalidade de Licitação

Pregão

Nº da Licitação

00018/2014

Forma de Realização

Eletrônico

Característica

Registro de Preço (SRP)

Nº da IRP

00067/2013

Nº do Processo

08191004530201361

Tipo de Licitação

Menor Preço

☐ Equalização de ICMS☐ Internacional

Validade da Ata SRP

12 mes(es)

Quantidade de Itens

27

Objeto

Registro de Preços, pelo prazo de até 12 meses, para eventual fornecimento e fixação/instalação de placas do sistema de sinalização e comunicação visual do MPDFT, fornecimento e aplicação de inscrição em vinil, fornecimento de plaquetas em alumínio e acrílico, placas e prismas em acrílico, placas diversas em aço escovado e restauração de régua usadas com repintura e aplicação de

Primeira Data da
Publicação/Divulgação

12/02/2014

Segunda Data da
PublicaçãoTerceira Data da
Publicação

Data da Disponibilidade do Edital

A partir de 12/02/2014 às 08:00

Data/Hora da Abertura da
Licitação

Em 24/02/2014 às 14:30

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

Nº Unidade
Gestora

200009

Unidade Gestora

MINISTERIO PUBLICO DO DF E TERRITORIOS

Gestão

00001

Empenho

2014

NE

000018

Disponibilizar para Publicação/Divulgação

Aviso de Licitação



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS**

PORTARIA Nº 187, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 232/PGJ, de 28/2/2013, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1160/PGJ, de 6/9/2010 publicada no Diário Oficial da União de 10/9/2010,

Considerando o disposto na Portaria PGR/MPU nº 298, de 8 de maio de 2003,

Considerando o disposto na Portaria PGR/MPU nº 288, de 12 de junho de 2007,

Considerando o que consta dos autos do Processo nº 08190.060437/13-21,

RESOLVE

Art. 1º - Retificar o Anexo II da [Portaria nº 1997/DG, de 10/12/2013](#), referente à Promoção Funcional na carreira do MPU, concernentes aos servidores abaixo, para considerar os efeitos financeiros da seguinte forma:

Matrícula:	Nome:	Onde se lê:	Leia-se:
3005-8	Michelle A. Nectoux	30/05/2013	20/10/2013
2911-4	Kelly G.S.Nassar	10/07/2013	29/09/2013
2957-2	Thiago F.G.Albuquerque	20/11/2013	10/10/2013

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 188, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 984/PGJ, de 5/8/2013, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010,

RESOLVE:

Art. 1º Apostilar a nomeação da servidora **ROSANA FURTADO CLEMENS BORGES**, matrícula 2212-8, Agente Administrativo do quadro do Ministério dos Transportes, do cargo em comissão de Assessor Jurídico III da Assessoria de Recursos Constitucionais, código CC-03, realizada originariamente pela Portaria/DGR nº 1016, de 13/08/2010, publicada no DOU de 16/08/2010, para a função de confiança de Assistente Jurídico II da Assessoria de Recursos Constitucionais, código FC-03.

Art. 2º Declarar vago o cargo em comissão de Assessor Jurídico III da Assessoria de Recursos Constitucionais, código CC-03.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 189, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 984/PGJ, de 5/8/2013, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010,

RESOLVE:

Dispensar a servidora **NAIRELI NUNES BARBO**, matrícula 4353-2, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração da carreira do Ministério Público da União, da função de confiança de Assistente Jurídico II da Assessoria de Recursos Constitucionais, código FC-03.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 190, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 6/9/2010, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 08190.055272/14-74;

R E S O L V E :

Averbar nos assentamentos funcionais do servidor **EDUARDO ALVES WALKER**, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula 4519-5, o tempo de serviço/contribuição prestado ao Superior Tribunal de Justiça - STJ, da seguinte forma:

- **1.754 (mil, setecentos e cinquenta e quatro) dias** de tempo de serviço/contribuição, prestados junto ao Superior Tribunal de Justiça - STJ (Serviço Público Federal), no cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, no período de 02/02/2009 a 21/11/2013, para fins de aposentadoria, disponibilidade e licença-capacitação, de acordo com os arts. 87 e 100 da Lei n.º 8.112/1990.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 191, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.069507/14-14;

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora **RAQUEL CRISTINA MACHADO**, Técnica do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 4061-4, no sentido de obter a concessão do afastamento para participar do curso de formação para o cargo de Analista (Área 6) do Banco Central do Brasil, no período de 8/2/2014 a 22/2/2014 (15 dias), com opção remuneratória pela percepção do auxílio financeiro equivalente a cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que está concorrendo, conforme previsto no art. 14, *caput*, da Lei n.º 9.624, de 02 de abril de 1998.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 192, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.069264/14-14;

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor **CARLOS EUGÊNIO ALBUQUERQUE DE HOLANDA**, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 4058-4, para participar do curso de formação para o cargo de Analista (Área 5) do Banco Central do Brasil, no período de 8/2/2014 a 22/2/2014 (15 dias), com opção remuneratória pela percepção do vencimento e das vantagens de seu cargo efetivo, previsto no art. 14, §1º, da Lei n.º 9.624, de 02 de abril de 1998.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 193, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.069266/14-40;

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor **ANDRÉ LUIS MURAD DE ARAUJO**, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 4041-0, no sentido de obter a concessão do afastamento para participar do curso de formação para o cargo de Analista (Área 6) do Banco Central do Brasil, no período de 8/2/2014 a 22/2/2014 (15 dias), com opção pela percepção do auxílio financeiro equivalente a cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que está concorrendo, conforme previsto no art. 14, *caput*, da Lei n.º 9.624, de 02 de abril de 1998.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 194, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.069699/14-87;

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor **CARLOS EDUARDO LIMA BORGES**, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Tecnologia da Informação e Comunicação, matrícula 3179-8, para participar do curso de formação para o cargo de Analista (Área 5) do Banco Central do Brasil, no período de 8/2/2014 a 22/2/2014 (15 dias), com opção remuneratória pela percepção do vencimento e das vantagens de seu cargo efetivo, previsto no art. 14, §1º, da Lei n.º 9.624, de 02 de abril de 1998.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 195, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.069263/14-51;

RESOLVE:

Autorizar o afastamento da servidora **KATIANNE CHRISTINE LOPES CAMPOS DE NORMANDO**, Técnica do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 4160-2, no sentido de obter a concessão do afastamento para participar do curso de formação para o cargo de Analista (Área 4) do Banco Central do Brasil, no período de **8/2/2014 a 22/2/2014** (15 dias), com opção pela percepção do auxílio financeiro equivalente a cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que está concorrendo, conforme previsto no art. 14, *caput*, da Lei n.º 9.624, de 02 de abril de 1998.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 196, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.069743/14-77;

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor **ANTÔNIO AVELAR SINFRÔNIO**, Analista do MPU/Perícia/Contabilidade, matrícula 3512-2, para participar do curso de formação para o cargo de Analista (Área 4) do Banco Central do Brasil, no período de 8/2/2014 a 22/2/2014 (15 dias), com opção remuneratória pela percepção do vencimento e das vantagens de seu cargo efetivo, previsto no art. 14, §1º, da Lei n.º 9.624, de 02 de abril de 1998.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 197, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Regimento Interno, e tendo em vista o que consta no Processo nº 08190.069738/14-37;

RESOLVE:

Autorizar o afastamento do servidor **DIEGO FERREIRA DIAS**, Técnico do MPU/Apoio Técnico Administrativo/Administração, matrícula 4072-0, no sentido de obter a concessão do afastamento para participar do curso de formação para o cargo de Analista (Área 6) do Banco Central do Brasil, no período de **8/2/2014 a 22/2/2014** (15 dias), com opção pela percepção do auxílio financeiro equivalente a cinquenta por cento da remuneração da classe inicial do cargo a que está concorrendo, conforme previsto no art. 14, *caput*, da Lei n.º 9.624, de 02 de abril de 1998.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 198, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 6/9/2010, e tendo em vista o que consta no Processo n.º 08190.054971/14-98;

R E S O L V E :

Averbar nos assentamentos funcionais da servidora **CHARLENE RODRIGUES GONÇALVES**, Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, matrícula 4506-3, o tempo de serviço/contribuição prestado ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF, da seguinte forma:

- **88 (oitenta e oito) dias** de tempo de serviço/contribuição, prestados junto ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios - TJDF (Serviço Público Federal), no cargo de Técnico Judiciário – Área Administrativa, no período de 26/08/2013 a 21/11/2013, para fins de aposentadoria, disponibilidade e licença-capacitação, de acordo com os arts. 87 e 100 da Lei n.º 8.112/1990.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se

LIBANIO ALVES RODRIGUES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 199, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria Normativa nº 32/DG, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 08190.054977/14-74;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANA ROSA DE CARVALHO SANTOS**, Chefe da Seção de Apoio à Capacitação Externa, matrícula 3027, para exercer o encargo de GESTORA da NOTA DE EMPENHO nº 134/2014, e a servidora **SAMANTHA SOARES MOREIRA**, Chefe Substituta da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas, matrícula nº 4059, para exercer o encargo de GESTORA SUBSTITUTA.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 200, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, nomeado pela Portaria nº 984/PGJ, de 5/8/2013, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06/09/2010, publicada no Diário Oficial da União de 10/09/2010,

RESOLVE:

Designar o servidor **NIVALDO RODRIGUES COUTO**, matrícula 2575-5, Motorista Oficial do quadro do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, para exercer a função de confiança de Auxiliar Técnico da Secretaria Executiva da Coordenadoria das Promotorias de Justiça do Guará, código FC-01.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL**

PORTARIA Nº 201, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.160/PGJ, de 06.09.2010, publicada no Diário Oficial da União de 10.09.2010,

RESOLVE:

Tornar sem efeito o ato de publicação no Diário Oficial da União nº 20, Seção 2, pág. 57, do dia 29.01.2014, da Portaria DG nº 134, de 27.01.2014, que designa o servidor THIMOTEO GUSTAVO DE MELO AURELIANO SANTANA GOMES, matrícula 4187-4, para exercer a função de confiança de Chefe do Serviço de Análise Processual da Divisão de Análise e Controle dos Feitos Criminais, Júri e Especiais Criminais da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Ceilândia, código FC-02, dispensando, em consequência, o servidor Raimundo Alves de Melo, matrícula 2759-6, permanecendo a publicação no DOU nº 23, Seção 2, pág. 109, do dia 3 de fevereiro de 2014.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES



MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
DIRETORIA-GERAL

PORTARIA Nº 202, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2014.

O DIRETOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições legais previstas no artigo 303, inciso IV, do RIMPDT (Portaria Normativa nº 72/PGJ, de 22/9/2009) e na Portaria Normativa/DG nº 32, de 13 de janeiro de 2010, tendo em vista o que consta do Processo nº 0910.117856/10-44,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os servidores JULIANO ANTONIO HAUCK FIGUEIREDO, mat. 4063, e HUMBERTO NORIYUKI OKAWACHI, mat. 1318, para exercerem, respectivamente, o encargo de gestor titular e gestor substituto dos contratos inerentes ao processo nº 08190.228023/13-51, alterando a Portaria/DG nº 84, de 20 de janeiro de 2014.

Art. 2º – Dispensar o servidor ELDER LOUREIRO DE BARROS CORREIRA, mat. 3873, do encargo de gestor, e o servidor MARCO ANDRE YAMASAKI AZEVEDO, mat. 795, do encargo de gestor substituto, do contrato inerente à portaria supracitada, permanecendo como fiscal técnico o servidor ANTONIO CARLOS MACAO, mat. 898.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

LIBANIO ALVES RODRIGUES

Sumário

Capa.....	p. 1
Procuradoria-Geral de Justiça.....	p. 2
Portaria 0121/2014.....	p. 2
Portaria 0122/2014.....	p. 3
Portaria 0123/2014.....	p. 4
Portaria 0124/2014.....	p. 7
Portaria 0125/2014.....	p. 8
Portaria 0126/2014.....	p. 9
Portaria 0127/2014.....	p. 10
Portaria 0128/2014.....	p. 11
Portaria 0129/2014.....	p. 12
Portaria 0130/2014.....	p. 13
Portaria 0131/2014.....	p. 14
Portaria 0132/2014.....	p. 15
Portaria 0133/2014.....	p. 16
Portaria 0134/2014.....	p. 17
Portaria 0135/2014.....	p. 19
Portaria 0136/2014.....	p. 20
Portaria 0138/2014.....	p. 21
Portaria 0139/2014.....	p. 30
Portaria 0140/2014.....	p. 31
Secretaria-Geral.....	p. 32
Aviso de Licitação 12014.....	p. 32
Aviso de Licitação 182014.....	p. 33
Portaria 187/2014.....	p. 34
Portaria 188/2014.....	p. 35
Portaria 189/2014.....	p. 36
Portaria 190/2014.....	p. 37
Portaria 191/2014.....	p. 38
Portaria 192/2014.....	p. 39
Portaria 193/2104.....	p. 40
Portaria 194/2014.....	p. 41
Portaria 195/2014.....	p. 42
Portaria 196/2014.....	p. 43

Portaria 197/2014	p. 44
Portaria 198/2014	p. 45
Portaria 199/2104	p. 46
Portaria 200/2014	p. 47
Portaria 201/2014	p. 48
Portaria 202/2014	p. 49
Sumário.....	p. 50